

FRENTES PIONEIRAS EM TRANSFORMAÇÃO: O EIXO DA BR-163 E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

PIONEER FRONTS IN TRANSFORMATION: THE HIGHWAY BR-163 AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CHALLENGES

Martin Coy
Michael Klingler
Universidade de Innsbruck - Áustria

Correspondência:
Institut für Geographie -
Innrain 52f. - A-6020 Innsbruck
E-mail: Martin.Coy@uibk.ac.at

Resumo

A Amazônia evoca para si, como nenhuma outra região, o mito de terra livre, riquezas minerais e recursos energéticos supostamente inesgotáveis. Registros anuais na colheita de soja e prognósticos otimistas sobre a produção e exportação para os mercados internacionais refletem a imagem de sucesso do Mato Grosso. Até hoje, muitos migrantes são atraídos em busca dessa quimera. Esta mudança regional e os conflitos dela resultantes tiveram início nos anos 60, a partir do estabelecimento de uma dinâmica liderada pelo Estado militar (1964-1985), empenhado em ocupar, desmatar e assim valorizar a terra no sentido teórico da modernização.

Palavras-chave: Amazônia, desmatamento, mudança do uso da terra, modernização.

Abstract

The Amazon evokes, like no other region, the myth of free land, mineral wealth and supposedly inexhaustible energy resources. Annual harvest records of soybeans and optimistic predictions for the production and export to overseas markets reflect the image of success of Mato Grosso. Until today, many migrants are attracted in pursuit of this chimera. This regional change and the resulting conflicts started in the 60s, by the means of the establishment of a dynamic lead by the Military State (1964-1985), engaged in occupying, deforesting and thus giving value to land in a theoretical sense of modernization.

Keywords: Amazon, deforestation, land use change, modernization.

Amazônia Legal: *hot spot* da discussão global socioambiental e econômica

A Amazônia evoca para si, como nenhuma outra região, o mito de terra livre, riquezas minerais e recursos energéticos supostamente inesgotáveis. Recordes anuais na colheita de soja e prognósticos otimistas sobre a produção e exportação para os mercados do Atlântico e do Pacífico refletem a imagem de sucesso do estado do Mato Grosso. Até hoje, muitos migrantes ainda são atraídos para a região em busca dessa quimera, não obstante o discurso sobre a Amazônia esteja cada vez mais associado ao processo de desmatamento e seus efeitos sociais, econômicos e ecológicos, tanto no contexto nacional quanto no internacional.

Atualmente, o desmatamento tropical e a conversão de áreas florestais em pastagens e terras cultiváveis são considerados causas primárias das mudanças ambientais globais, devido à perda de biodiversidade, emissão de gases estufa e perturbações dos ciclos regionais de água. Desde muitos anos, o Brasil desperta um interesse especial no discurso de *Global Change* visto que, especificamente no período entre 1995-2004, o país foi responsável pelo maior desmatamento do mundo ao apresentar uma taxa média de desmatamento de 20.600 km² por ano (INPE 2013). O bioma amazônico brasileiro perdeu, desde 1970, cerca de 20% de sua área de cobertura florestal e aproximadamente 40% das áreas de cerrado já está sendo utilizada para fins agrícolas. De acordo com o balanço nacional das emissões de gases de efeito estufa, relativo ao período 1990-2010, as principais fontes são relacionadas ao setor das mudanças do uso da terra e florestas (*land-use change and forestry* - LUCF) e ao setor uso da terra (*land-use*- LU) com respectivamente 45,6% e 28,3%. No que se refere às emissões de dióxido de carbono e gás metano, trata-se de uma das fronteiras agrícolas mais problemáticas do mundo, sendo o Brasil o maior emissor de gases do efeito estufa relacionados à mudança do uso da terra (*World Resources Institute* - WRI, 2013). A presença da Amazônia no controverso processo pós-Kyoto evidencia sua relevância e a classifica, nestes tempos de integração das questões político-climáticas, como *hot spot* do debate sobre mudanças globais¹.

¹ Fearnside, Philip M., "Brazil's evolving proposal to control deforestation: Amazon still at risk." *Environmental Conservation* 36(03): 177, 2009b; Gullison, Raymond E., Peter C. Frumhoff, Josep G. Canadell, Christopher B. Field, Daniel C. Nepstad, Katharine Hayhoe, Roni Avissar, Lisa M. Curran, Pierre Friedlingstein, Chris D. Jones, & Carlos Nobre. "Environment. tropical forests and climate policy." *Science* 316(5827): 985-86, 2007; Moutinho, Paulo, & Stephan Schwartzman. *Tropical deforestation and climate change*. Belém: IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), 2005; Schlamadinger, B., N. Bird, T. Johns, S. Brown, J. Canadell, L. Ciccarese, M. Dutschke, J. Fiedler, A. Fischlin, Philip M. Fearnside, C. Forner, A. Freibauer, P. Frumhoff, N. Hoehne, M.U.F. Kirschbaum, A. Labat, G. Marland, A. Michaelowa, L. Montanarella, Paulo Moutinho, D. Murdiyarso, N. Pena, K. Pingoud, Z. Rakonczay, E. Rametsteiner, J. Rock, M.J. Sanz, U.A. Schneider, A. Shvidenko, M. Skutsch, P. Smith, Z. Somogyi, E. Trines, M. Ward, & Y. Yamagata. "A synopsis of land use, land-use change and forestry (LULUCF) under the Kyoto protocol and Marrakech accords." *Environment Science and Policy* 10(4): 271-82, 2007; Soares-Filho, Britaldo S., Leticia Hissa, André Nassar, Leila Harfuch, Marcelo Melo Ramalho Moreira, Luciane Chiodi Bachion, Laura Barcellos Antoniazzi, Luis M. Barioni,

Nesse contexto, a evolução do processo de desmatamento e a composição atual das forças motrizes (*driving forces*) das mudanças na cobertura do solo e no uso da terra (*land-cover and land-use change* – LCLUC) permanecem questões de extrema importância². A dinâmica do desenvolvimento regional da Amazônia, que até os anos 70 era considerada como uma região extremamente periférica foi alterada radicalmente, dadas as mudanças socioeconômicas, culturais, políticas e espaciais sofridas, bem como os problemas socioambientais que resultaram destes processos.

Esta mudança regional repentina e os conflitos dela resultantes tiveram início nos anos 60, a partir do estabelecimento de uma dinâmica frente pioneira liderada pelo Estado, composta por grandes projetos de infraestrutura e assentamentos. Durante a ditadura militar (1964-1985), tanto o Estado como grupos investidores e migrantes estavam empenhados em ocupar, desbravar, desmatar e assim valorizar a terra no sentido teórico da modernização³.

Neste contexto as estradas são consideradas as pontas de lança da exploração dos recursos naturais e reservas fundiárias das regiões periféricas. O grande projeto de infraestrutura da rodovia federal BR-163 (Cuiabá - Santarém) seguiu esta ideia domi-

Geraldo Junior Martha, Roberto D. Sainz, Bruno J. R. Alves, Magda A. de Lima, Osvaldo Martins, Magno Castelo Branco, Renato T Geraldo Junior Martha, Roberto D. Sainz, Bruno J. R. Alves, Magda A. de Lima, Osvaldo Martins, Magno Castelo Branco, Renato Toledo, Manoel Regis Lima Verde Leal, Fábio Marques, Rodrigo Ferreira, Luiz Goulart, Thiago Mendes, Christophe de Gouvello, Adriana Moreira, Barbara Farinelli, Jennifer Meihuy Chang, Rogerio Pinto, Júlio Hato, Sérgio Pacca, Saulo Ribeiro Freitas, Karla Maria Longo, & Ricardo Almeida de Siqueira. *Land use, land-use change, and forestry*. Washington. 2011.

² Lambin, Eric F., & Helmut J. Geist. *Land-use and land-cover change. Local processes and global impacts*. eds. Eric F. Lambin and Helmut Geist. Berlin, Heidelberg: Springer, 2006.; Turner II, B.L., Eric F. Lambin, & Anette Reenberg. "The emergence of land change science for global environmental change and sustainability." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA (PNAS)* 105(128): 20690–95, 2007.

³ Becker, Bertha K., Mariana Miranda, & Lia Osório Machado. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990; Castro, Edna Maria Ramos de. "Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia." *Novos Cadernos NAEA* 8(2): 5–39, 2005; Coy, Martin. "Desenvolvimento regional na periferia Amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de 'fronteira': o caso de Rondônia." In *Fronteiras*, ed. C. Aubertin. Brasília, 167–94, 1988; Coy, Martin. "Pionierfront und Stadtentwicklung. Sozial- und wirtschaftsräumliche Differenzierung der Pionierstädte in Nord-Mato Grosso (Brasilien)." *Geographische Zeitschrift* 78(2): 115–34, 1990; Coy, Martin. "Between globalisation and regionalisation: The Political Ecology of pioneer fronts in the South-West Amazon." In *Global impact, local action: new environmental policy in Latin America*, ed. Anthony Hall. London: Institute for the study of the Americas, 13–35, 2005; Foweraker, Joe. *The struggle for land: A Political Economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1981; Hecht, Susanna, & Alexander Cockburn. *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon. Updated edition*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2010; Kohlhepp, Gerd. *Amazonien. Regionalentwicklung im Spannungsfeld ökonomischer Interessen sowie sozialer und ökologischer Notwendigkeiten*. Problemräume der Welt, 8. Köln: Aulis, 1987; Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997; Moran, Emilio F. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press, 1981; Rabello, Antônio Cláudio. "Amazônia: uma fronteira volátil." *Estudos Avançados* 27(78): 213–36, 2013; Smith, Nigel J. H. *Rainforest corridors: the Transamazon colonization scheme*. Berkeley: University of California Press, 1982.

nante e foi construído como um promissor corredor de desenvolvimento Sul-Norte. Três motivos foram apresentados: a contribuição da região Amazônica para o crescimento econômico nacional deveria ser potencializada; as aparentemente incomensuráveis reservas fundiárias nas regiões periféricas poderiam ser utilizadas como válvulas de escape para amenizar os graves problemas sociais dos espaços centrais do país e; finalmente, seguindo a doutrina de "segurança nacional", a incorporação geoestratégica da Amazônia como forma de garantir o controle sobre as regiões periféricas e fronteiriças.

Enquanto nos primeiros ciclos de desenvolvimento das frentes pioneiras o desmatamento foi diretamente influenciado pela construção de rodovias, extração de pedras preciosas e madeiras, pecuária extensiva e garimpo, as correlações atuais dos fatores de desmatamento são bem mais complexas devido às tendências de globalização. Desde os anos oitenta, as dinâmicas do desmatamento são cada vez mais orientadas indiretamente por mecanismos econômicos de mercado, tendo como maiores determinantes a expansão da monocultura de soja mecanizada e da pecuária extensiva. As antigas frentes pioneiras da Amazônia passaram para a fase de pós-frentes e estão, mais do que nunca, com suas oportunidades e riscos, ligadas através do agrobusiness internacional às cadeias globais de valor.

A rodovia BR-163 representa hoje a espinha dorsal de um dos corredores mais importantes e dinâmicos na Amazônia brasileira. Por um lado, sugere um "corredor de modernização", onde grandes empresas, em parte de capital estrangeiro, apoiaram o surgimento de espaços globalizados e que, sem dúvida, contribuem significativamente para o sucesso das exportações agrícolas brasileiras. Por outro, retrata um "corredor de destruição", onde grandes áreas intactas de paisagem natural foram exploradas para a extração de madeira e transformadas em áreas de monocultura ou pastagens artificiais⁴. Após a parte mato-grossense da BR-163 ter sido praticamente concluída, os interesses dos *stakeholders* estão cada vez mais direcionados para a parte norte no estado do Pará, que até então havia sido menos explorada. A partir da ampliação e pavimentação da estrada para Santarém, os produtores de soja têm expectativa de contar com uma nova e competitiva via de exportação, além de permitir ao setor madeireiro acesso a novas áreas de impacto e possibilidades de ganhos com a especulação fundiária. Nas últimas décadas, o grupo de atores e os diferentes interesses locais/regionais e globais se modificaram. Paralelamente, os conflitos regionais foram intensificados, particularmente, a disputa política entre a adoção de estratégias de desenvolvimento regional ou de proteção ambiental e conservação de recursos⁵.

⁴ Coy, Martin, & Michael Klingler. "Pionierfronten im brasilianischen Amazonien Zwischen alten Problemen und neuen Dynamiken. Das Beispiel des 'Entwicklungskorridors' Cuiabá (Mato Grosso) - Santarém (Pará)." In *Innsbrucker Geographische Gesellschaft: Innsbrucker Jahresbericht 2008-2010*. Innsbruck, 109-29, 2011.

⁵ Klingler, Michael, & Martin Coy. "Novo Progresso: von Held_innen zu Bandit_innen." In *Widerständigkeiten im Land der Zukunft. Andere Blicke auf und aus Brasilien.*, eds. Lisa Tschorn, Tobias Schmitt, and Shadia Hussein de Araújo. Münster: Unrast Verlag, 300, 2013.

Neste contexto, o papel do Estado é altamente ambivalente. Por um lado, este assumiu uma função estratégica na valorização e no desenvolvimento regional, orientado por um modelo político regional de modernização, investindo massivamente na ampliação da infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, etc.) e na criação e promoção de polos de desenvolvimento⁶. Apesar da priorização de alternativas que impulsionem o crescimento econômico, é necessário salientar a relevância do discurso ambiental e o seu crescente poder e eficácia no Brasil. O desmatamento da Amazônia é cada vez mais discutido dentro do contexto das mudanças climáticas de origem antropogênica, não só dentro do país como, principalmente, pelo público internacional⁷. A condição ocupada pelo Brasil como um dos maiores emissores mundiais de dióxido de carbono (CO₂) dentro do quesito mudança do uso da terra e desmatamento (LULUCF)⁸ levou o governo a lançar, em 2004, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)⁹. Este foi seguido por projetos de zoneamento para o uso e controle da terra, além da imposição de leis ambientais e embargos sobre as regiões com as maiores taxas de desmatamento. Desde 2004, o desmatamento é detectado em tempo real (sistema DETER) e controlado por uma presença local sem precedentes dos órgãos de controle e fiscalização. Neste contexto, a iniciativa de *crowdsourcing* entre a ONG brasileira Imazon e o *Google Earth Engine* (SAD-EE) divulga mensalmente um relatório de livre acesso, destacando a transparência da estratégia de monitoramento. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado em 2008,

⁶ Baletti, Brenda. "Neo-developmentalism and the struggle for territory in the Lower Brazilian Amazon." *The Journal of Peasant Studies* 39(2): 573–98, 2012; Dijck, Pitou van, & Simon den Haak. *Troublesome Construction - IIRSA and public-private partnerships in road infrastructure*. Cuadernos. Amsterdam: Centre for Latin American Studies and Documentation, 2006.

⁷ Assunção, Juliano, Clarissa Gandour, Pedro Hemsley, Romero Rocha, & Dimitri Szerman. *Production and protection: a first look at key challenges in Brazil*. Rio de Janeiro, 2013; Nielsen, Tobias Dan. "The role of discourses in governing forests to combat climate change." *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*: 16, 2013; Perz, Stephen, Silvia Brilhante, Foster Brown, Marcellus Caldas, Santos Ikeda, Elsa Mendoza, Christine Overdeest, Vera Reis, Juan Fernando Reyes, Daniel Rojas, Marianne Schmink, Carlos Souza Jr., & Robert T. Walker. "Road building, land use and climate change: prospects for environmental governance in the Amazon." *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences* 363(1498): 1889–95, 2008; Pfaff, Alexander, Juan Robalino, Robert T. Walker, Steven Aldrich, Marcellus Caldas, Eustaquio Reis, Stephen Perz, Claudio Bohrer, Eugênio Y. Arima, William F. Laurance, & Kathryn Kirby. "Road investments, spatial spillovers, and deforestation in the Brazilian Amazon." *Journal of Regional Science* 47(1): 109–23, 2007.

⁸ Nepstad, Daniel C., Britaldo S. Soares-Filho, Frank Merry, Paulo Moutinho, Hermann Oliveira Rodrigues, Maria S. Bowman, Steve Schwartzman, Oriana T. Almeida, & Sergio Rivero. United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), Conference of the Parties (COP), Thirteenth session *The costs and benefits of reducing carbon emissions from deforestation and forest degradation in the Brazilian Amazon*. Bali, Indonesia: The Woods Hole Research Centre, 2007.

⁹ Heliandro, Maria, Jorge Hargrave, José Javier Gómez, & Monika Röper. *Avaliação do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal: PPCDAm: 2007-2010*. Brasília: Ipea, Cepal, GIZ, 2011.

aspirava diminuir significativamente as emissões de CO₂¹⁰. Este plano persegue, dentre outras metas, a redução expressiva do desmatamento na Amazônia em 70% até 2017 (ou em 80% até 2020). A crescente importância dos biocombustíveis também opera neste contexto¹¹.

Levando em consideração os efeitos da recessão econômica mundial e as significativas flutuações dos preços das *commodities*, a partir de 2004, as políticas de proteção ambiental mencionadas anteriormente levaram a uma queda acentuada das taxas de desmatamento na Amazônia e enfraqueceram os incentivos para investimentos imobiliários agrícolas. Entretanto, as dinâmicas dos processos de desmatamento não foram de nenhuma forma rompidas. Os grandes projetos de infraestrutura continuam a exercer um efeito de “abertura da porteira” e provocam graves mudanças no uso da terra, intensificando a pressão sobre áreas de proteção, consideradas como as “últimas ilhas” para a especulação imobiliária¹².

O artigo tenta ilustrar o contexto histórico e as fases do desenvolvimento específicas da região ao longo da BR-163, a fim de identificar as atuais tendências, questões e conflitos no estado de Mato Grosso, para então, derivar perspectivas futuras resultantes deste processo.

Mato Grosso: de periferia à região moderna globalizada

Até a segunda metade do século XX, a economia do estado do Mato Grosso se baseava na mineração de ouro e diamante e na criação extensiva de gado. A pecuária exercia uma função extremamente periférica, sendo que apenas através de uma complicada e longa viagem de rio se podia chegar às áreas de distribuição do sistema econômico brasileiro. A ascensão experimentada pelo periférico estado do Mato Grosso e sua capital Cuiabá, na esteira da chamada "Marcha para o Oeste", em 1940 e 1950, foi fruto do objetivo declarado de desenvolvimento e incorporação das extensas regiões do interior do Brasil. Os primeiros projetos privados e governamentais de colonização agrícola foram criados em diferentes sub-regiões do estado do Mato Grosso, sendo que os núcleos pioneiros dos assentamentos se transformaram, no período subsequente, em cidades do interior ou até mesmo em centros regionais.

¹⁰ Fearnside, Philip M. “Brazil’s environmental policies for the Amazon: Lessons from the last 20 years.” In *Models of development: an analysis of the last 20 years of public policies for the Amazon Region*, Chicago, 2009.

¹¹ Mais informações sobre este tema conflituoso a nível mundial veja em Smith, James. *Biotreibstoff. Eine grüne Idee wird zum Bumerang*. Berlin: Klaus Wagenbach Verlag, 2012.

¹² Fearnside, Philip M., William F. Laurance, Mark A. Cochrane, Scott Bergen, Patricia Delamônica Sampaio, Sampaio Christopher, Barber Sammya, Sammya D’ Angelo, & Tito Fernandes. “O futuro da Amazônia: modelos para preveras consequências da infraestrutura futura nos plano plurianuais.” *Novos Cadernos NAEA* 15(1): 25–52, 2012.

A conclusão da nova capital federal Brasília, em 1960, trouxe impulsos decisivos para o desenvolvimento do interior através da construção de infraestrutura de transportes, de programas nacionais de desenvolvimento, desencadeando uma forte onda de imigração de outras partes do país para o estado do Mato Grosso. O processo de transformação local e regional, desencadeado em “nome” da modernização, se expandiu, a partir dos anos 70, em função de outras políticas públicas de desenvolvimento regional e também de processos espontâneos, provocando mudanças sociais e econômico-espaciais sem precedentes¹³.

Durante os 21 anos de ditadura militar (1964 - 1985), houve um aumento considerável do interesse do governo central brasileiro na incorporação de áreas localizadas no Centro-Oeste e nas regiões periféricas da Amazônia, orientado não só por motivos geoestratégicos de fortalecer o controle do território ("Doutrina Segurança Nacional"), como também por questões macroeconômicas, que buscavam uma valorização mais racional dos recursos e potenciais já amplamente conhecidos e estimados. Por outro lado, viu-se nas áreas periféricas, ainda muito pouco povoadas, uma possível solução para arrefecer os problemas sociais e potenciais conflitos que vinham se acumulando em outras partes do país, quer como resultado da modernização agrícola no Sul do Brasil ou devido às secas na conturbada região do Nordeste. As relações sociais de poder e as constelações políticas ali configuradas eram contrárias a mudanças estruturais e de reforma agrária, fazendo com que as colônias agrícolas de pequenos agricultores fossem estabelecidas nos limites dos assentamentos, especialmente ao longo das rodovias recém-construídas no Pará, Rondônia e norte do Mato Grosso¹⁴.

Ao mesmo tempo, o governo federal criou instrumentos de apoio, principalmente incentivos fiscais, a fim de estimular o investimento privado nas regiões periféricas. Estas novas oportunidades se provaram atraentes particularmente para grupos nacionais e internacionais de capital, bem como para investidores da agricultura de grande porte e do setor agroindustrial nacional e internacional, de modo a estabelecer grandes empreendimentos de pecuária extensiva em áreas florestais e de transição. Para permitir o desenvolvimento nas áreas periféricas, tanto dos pequenos agricultores e como de grandes empresas, foram necessários grandes investimentos em infraestrutura por parte do Estado, principalmente a construção de estradas de longa distância e de acesso, bem como medidas institucionais, como, por exemplo, a ampliação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Desta forma, criaram-se as condições para um dinâmico desenvolvimento regional.

¹³ Barrozo, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008; Barrozo, João Carlos. *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010; Joaroni Neto, Vitale. *Fronteiras da crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso Após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007; Souza, Edison Antônio de. *O poder na fronteira. Hegemonia, conflitos e cultura no Norte de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

¹⁴ Kohlhepp, Gerd. *Amazonien. Regionalentwicklung im Spannungsfeld ökonomischer Interessen sowie sozialer und ökologischer Notwendigkeiten*. Problemräume der Welt, 8. Köln: Aulis, 1987.

O rápido crescimento dos fluxos de imigração nos diversos subespaços do estado Mato Grosso (cerca de 900.000 km²) ainda muito pouco desenvolvidos contribuiu para o surgimento de diversas frentes pioneiras. Estas se distinguiam em relação à sua estrutura econômica interna, atores dominantes e forma de criação (planejada ou não, colonização pública ou privada)¹⁵. Ao mesmo tempo, os centros urbanos (inclusive a capital mato-grossense Cuiabá) e os novos assentamentos pioneiros experimentaram um rápido aumento de população e importância sem precedentes¹⁶. De acordo com o mais recente censo da população brasileira de 2010, o Mato Grosso apresentava uma população de 3 milhões de habitantes, sendo que, em 1970, o estado contava com apenas 600 mil.

O Norte Mato-grossense, pertencente em grande parte ao Bioma Amazônico, se converteu em uma das mais dinâmicas frentes pioneiras da Amazônia Legal (ver Fig. 4). Este espetacular surto de desenvolvimento afetou, particularmente, as regiões sob o controle das grandes rodovias BR-163 Cuiabá - Santarém e BR-158 Barra do Garças - Marabá (Pará), ambas construídas na década de 1970. O norte de Mato Grosso pode ser encarado como um exemplo perfeito dos processos de desenvolvimento privados das frentes pioneiras. A região tornou-se uma das principais áreas que se beneficiaram dos incentivos fiscais para pecuária de grande escala em áreas desmatadas. Alguns dos maiores empreendimentos na Amazônia com muitas centenas de milhares de hectares podem ser aí encontrados.

Além disso, inúmeros projetos de colonização particulares foram criados, a partir de meados da década de 1970, por empresas nacionais do Sul dirigidos a colonos também provenientes do Sul. Os maiores projetos de assentamento se situam em Alta Floresta, Sinop, Sorriso, bem como em Canarana e Água Boa na região do Araguaia¹⁷. Segundo dados do INCRA, foram vendidos até o final da década de 1980, mais de três milhões de hectares, correspondendo a 18.000 parcelas individuais, em aproximadamente 85 projetos de colonização particular, controlados por mais de 50 empresas, principalmente oriundas do Sul e Sudeste operando no setor da colonização particular¹⁸. Ao mesmo tempo, inúmeros migrantes sem-terra se deslocaram, princi-

¹⁵ Coy, Martin, & Reinhold Lücker. *Der Brasilianische Mittelwesten: wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 108 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung, 9), 1993.

¹⁶ Coy, Martin. "Pionierfront und Stadtentwicklung. Sozial- und wirtschaftsräumliche Differenzierung der Pionierstädte in Nord-Mato Grosso (Brasilien)." *Geographische Zeitschrift* 78(2): 115–34, 1990; Coy, Martin. "Stadtentwicklung an der Peripherie Brasiliens. Wandel lokaler Lebenswelten und Möglichkeiten nachhaltiger Entwicklung in Cuiabá (Mato Grosso)." Universität Tübingen, 1997.

¹⁷ Coy, Martin, & Reinhold Lücker. *Der Brasilianische Mittelwesten: wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 108 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung, 9), 1993.

¹⁸ Coy, Martin, & Reinhold Lücker. "Espaços sociais no meio rural do Centro-Oeste brasileiro. Mudanças de um espaço periférico em processo de modernização." *Cadernos do NERU* 4: 13–43, 1996.

palmente dos estados do Nordeste para o Norte de Mato Grosso, em busca de meios de sobrevivência.

Nesta área, que até o começo dos anos 70 era esparsamente povoada unicamente por grupos indígenas, encontram-se atualmente diversas formas modernas de extrativismo. Durante as últimas décadas, a extração de madeira alcançou grande importância em algumas regiões de assentamento agrícola (especialmente na região de Sinop). Todavia, a extração de ouro na região de fronteira do Pará (nos arredores de Peixoto de Azevedo e Alta Floresta) se tornou, pelo menos temporariamente, a atividade econômica dominante¹⁹.

O Norte Mato-grossense foi, especialmente a partir da década de 1980, afetado pela expansão da moderna produção de soja orientada para o mercado internacional, o que modificou profundamente as estruturas do espaço econômico e sociocultural. O *boom* da soja no Brasil ocorreu inicialmente na região Sul nas décadas de 60 e 70 e, nos últimos 30 anos, se dirigiu gradualmente para o Centro-Oeste. Assim, em poucos anos, os espaços internos anteriormente periféricos, em particular o norte de Mato Grosso, se tornaram os maiores produtores de soja, não só do Brasil como de toda América do Sul²⁰. O mais recente censo agropecuário brasileiro, divulgado em 2006, revela que a produção de soja do estado do Mato Grosso atingiu quase 11 milhões de toneladas, valor que representa cerca de 26% da produção nacional. Esta é proveniente, principalmente, dos chapadões de Cerrado, onde a agricultura modernizada se tornou paisagem “cultural” dominante. Os grandes produtores de soja são, geralmente, empresas com várias centenas de hectares de lavoura mecanizada. Desta maneira, produziram-se ilhas de modernização sob a forma de “enclaves sulistas”, espaços de inclusão que, nesse meio tempo, caracterizam, na sua função de regiões vencedoras, a economia e a sociedade mato-grossense. No entanto, os custos sociais e ecológicos (remoção da paisagem, erosão, poluição da água, etc.) deste crescimento extraordinário são enormes.

As regiões mais dinâmicas de produção de soja no Mato Grosso se distinguem significativamente da produção do Sul do Brasil em relação à escala e predominância de grandes fazendas altamente mecanizadas. A absorção de mão de obra pela produção de soja no Mato Grosso é relativamente baixa, representando apenas 2% da força de trabalho agrícola, embora quase 80% da área agrônômica utilizável seja destinada ao cultivo de soja. Os dados apresentados ilustram os problemas sociais agrícolas advindos deste formidável surto de desenvolvimento.

¹⁹ Coy, Martin, & Reinhold Lücker. *Der brasilianische Mittelwesten: wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 108 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung, 9), 1993.

²⁰ Blumenschein, Markus. *Landnutzungsveränderungen in der modernisierten Landwirtschaft in Mato Grosso, Brasilien: Die Rolle von Netzwerken, institutionellen und ökonomischen Faktoren für agrarwirtschaftliche Innovationen auf der Chapada Dos Parecis*. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 133 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung, 21), 2001.

Nos últimos anos, o cultivo da soja tem se expandindo continuamente em direção à Amazônia e para a região Nordeste. Estes ciclos de expansão do cultivo da soja estão relacionados aos seguintes fatores:

1. Disponibilidade de grandes reservas de terra;
2. Condições favoráveis para a mecanização (topografia plana, solos fáceis de trabalhar);
3. Surgimento de novas variedades adaptadas às condições climáticas;
4. Preço da terra muito mais baixo que em relação ao Sul do Brasil;
5. Imigração de agricultores do Sul que com a venda de suas propriedades são capazes de comprar áreas bem maiores nas novas regiões de cultivo.

O norte do Mato Grosso testemunha, com sua complexa estrutura econômica e social atual, não apenas as típicas dinâmicas de desenvolvimento regional das frentes pioneiras, como também os inúmeros conflitos sobre o acesso à terra e à utilização de recursos no decorrer do processos de desenvolvimento. Neste contexto, merece menção especial a violenta repressão sofrida pela população indígena durante o desenvolvimento de frentes pioneiras norte do Mato Grosso. Desta forma, o norte de Mato Grosso possui, como resultado do caminho de desenvolvimento escolhido para sua parte amazônica, as mais altas taxas de desmatamento de floresta tropical do mundo, além de se tornar um dos principais focos de conflitos ecológico-ambientais no que se refere à destruição dos ecossistemas amazônicos²¹.

Reestruturação do sistema regional: o caso de Sinop

O projeto de colonização particular Sinop, localizado na região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, é um dos maiores e mais antigos projetos no Norte Mato-grossense²². O passo inicial para sua implementação foi dado entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, a partir da aquisição de grandes extensões de terras por Ênio Pepino, dono da Colonizadora Sinop. Esta já havia acumulado experiência com projetos de colonização agrícola no norte do Paraná durante as décadas de 1950 e 1960, o que explica o nome Sinop, uma abreviação de Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná. A Colonizadora Sinop vendeu, principalmente na

²¹ Kohlhepp, Gerd, & Martin Coy. "Amazonien: Vernichtung durch Regionalentwicklung oder Schutz zur nachhaltigen Nutzung?" In *Brasilien heute. Geographischer Raum, Politik, Wirtschaft, Kultur.*, eds. Sérgio Costa, Gerd Kohlhepp, Horst Nitschack, and Hartmut Sangmeister. Frankfurt am Main: Vervuert, 112–34, 2010.

²² Oliveira, João Mariano de. "A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Sinop." USP-FCLCH, 1983.

década de 1970 e início da década de 1980, cerca de 650.000 ha de terras, correspondentes a 6.200 lotes, com extensão média de 100 ha, a colonos ou meeiros que haviam, anteriormente, cultivado café no Paraná.

Um levantamento sobre os aproximadamente 1.000 corretores que venderam terras para a Colonizadora Sinop, durante os anos 1970, mostrou que estes concentraram as suas atividades nas regiões do norte e oeste do Paraná²³. Estas regiões percorreram, naquele período, profundas mudanças em suas estruturas agro-sociais (crise do café, expansão da agricultura modernizada na base da soja) que resultaram em fortes processos de expulsamento do campo. Neste contexto, os corretores venderam terras no norte do Mato Grosso muitas vezes aos mesmos colonos aos quais, algumas décadas antes, haviam vendido terrenos no Paraná. Nestas circunstâncias, a colonização particular no Norte Mato-grossense correspondeu, antes de qualquer coisa, a um negócio altamente lucrativo, se aproveitando das consequências sociais da modernização conservadora do setor agrícola e das transformações socioespaciais concomitantes na região Sul. No entanto, o ciclo “transformação do sistema produtivo – concentração da propriedade de terra – expulsamento do campo”, que tanto havia caracterizado o processo de modernização conservadora na região Sul, não se completou nos novos projetos de colonização no Norte Mato-grossense. Já no final da década de 1980, quinze anos após o assentamento dos primeiros colonos, a taxa de ocupação efetiva das terras na *Gleba Celeste* (nome da zona rural do projeto da Colonizadora Sinop) era extremamente baixa, não atingindo 50%. Atualmente, esta taxa se encontra ainda menor devido a uma série de mudanças ocorridas nos sistemas de uso agrícola, desencadeando profundas transformações econômicas e sociais e que correspondem, até o momento a, pelo menos, quatro ciclos socioespaciais.

No decorrer dos anos 1970, a empresa de colonização e as agências bancárias locais encorajaram, através da concessão de créditos, a reprodução do “suposto” modelo de sucesso das áreas de origem dos colonos recém-chegados, sobretudo, a implantação da cultura do café (*Coffea robusta*). Desta forma, predominaram nos lotes rurais as lavouras de café com extensão entre 5 e 20 ha. No entanto, em poucos anos, uma série de problemas de ordem ecológica (baixa fertilidade do solo) e econômica (preço do café, condições de comercialização, etc.) provocaram a primeira crise na região de Sinop. Boa parte dos colonos foi obrigada a abandonar suas terras a fim de restituir os créditos tomados junto aos bancos, iniciando, assim, o primeiro êxodo campo-cidade intra-regional.

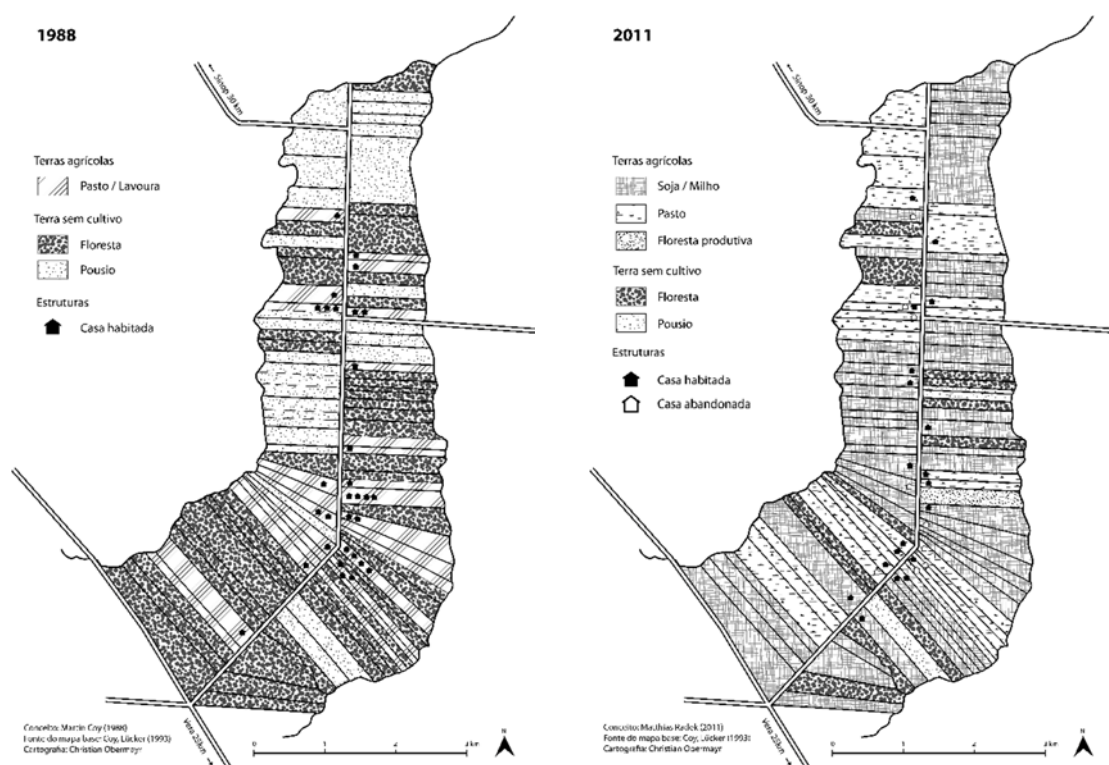
No começo da década de 1980, a implantação de uma usina de álcool à base de mandioca gerou um segundo impulso para o desenvolvimento local na região de Sinop. Este projeto, muito ambicioso pela tecnologia e pelo tamanho, foi executado pela recém-criada Sinop Agroquímica, uma subsidiária da empresa de colonização. Naque-

²³ Coy, Martin, & Reinhold Lücker. *Der brasilianische Mittelwesten: wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübingen: Tübinger Geographische Studien, 108 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung, 9), 1993.

le momento, o fornecimento da matéria prima foi assegurado pela concessão de créditos bancários, nas agências de Sinop, tão somente para o plantio de mandioca. Assim, os colonos caíram numa dependência direta da usina de álcool, única compradora do produto, o que permitiu, sem muita dificuldade, a imposição de baixos preços e que, devido aos elevados custos de mão de obra e riscos de produção, se mostraram cada vez menos compensatórios. Esta situação resultou em um novo surto de falência entre os colonos, onde muitos tiveram que vender suas terras, abandonaram as lavouras, se mudaram para a cidade ou voltaram para o Sul.

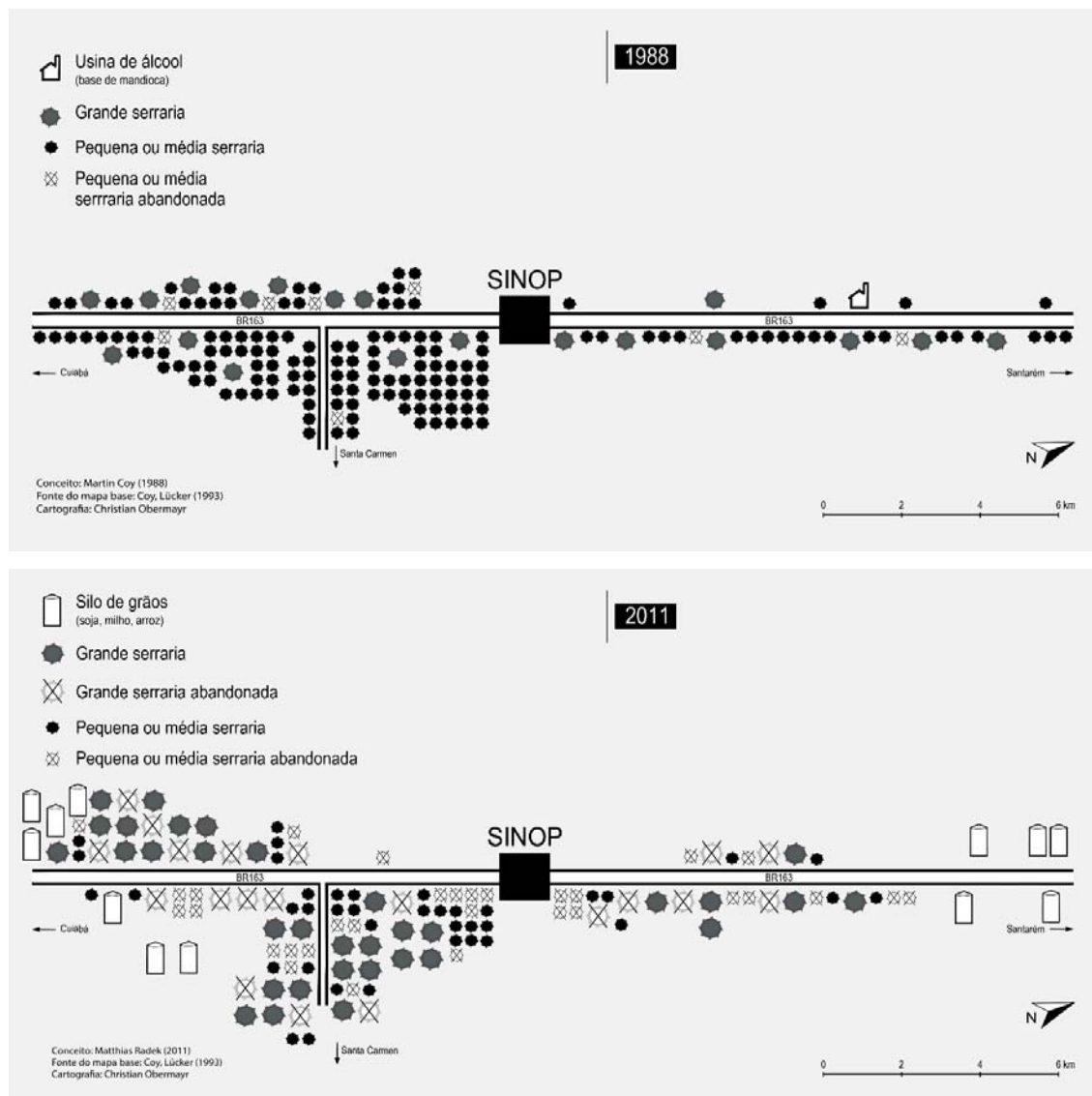
O resultado socioespacial destes dois ciclos, que enfraqueceram bastante a situação no campo, pode ser visto no exemplo das transformações ocorridas na Gleba Celeste até o final da década de 1980 (Fig. 1). Das 97 parcelas vendidas em uma das estradas vicinais pela empresa de colonização ao início da década de 1970, menos da metade se encontravam em exploração permanente em 1988 (ano do primeiro mapeamento realizado pelo autor) e 30% dos lotes já tinham sido abandonados no decorrer dos primeiros dois ciclos citados anteriormente. Por outro lado, naquele momento, já se podia observar um processo de concentração fundiária através da aquisição de lotes vizinhos. O efeito das “crises locais” mencionadas, levantado durante o mapeamento em 1988, se tornou visível na forma de aquisição destas terras. Naquele ano, a maioria das parcelas da estrada vicinal mapeada não tinha sido comprada da empresa de colonização, mas sim dos donos anteriores, geralmente colonos falidos. Em 1988, a maioria dos donos da terra (antigos e novos) da estrada mapeada, já havia morado, ainda que por motivos diversos, na cidade de Sinop.

Figura 1. Estrada Roberta: Uso da terra e transformações 1988-2011



As frequentes crises socioespaciais nas décadas de 1970 e 1980 acabaram por relegar a atividade dos colonos da região de Sinop para segundo plano, fazendo com que a extração madeireira se tornasse a atividade econômica mais importante da região por quase 20 anos. Em 1988, a cidade de Sinop e seus arredores imediatos contavam com 250 serrarias (Fig. 2). Naquele ano, estimava-se para o setor madeireiro uma mão de obra de 8.000 empregados, o que significava uma absorção de mão de obra certamente maior que no setor agrícola. Baseando-se nesta dinâmica dos anos 1980, Sinop se transformou em um dos maiores polos madeireiros da Amazônia Legal. É claro que os custos ecológicos deste *boom* da extração madeireira foram enormes.

Figura 2. Serrarias em Sinop (1988, 2011)



O *boom* das serrarias também contribuiu, sem dúvida, para o crescimento acelerado da cidade pioneira de Sinop, fundada em 1974 e dimensionada pela Colonizadora Sinop para ser um centro urbano de grande abrangência. A dimensão planejada da

cidade também corresponde aos interesses comerciais da empresa de colonização, sendo a venda de lotes urbanos um negócio de longo prazo, enquanto a venda de lotes rurais, foco das empresas de colonização na fase inicial da atividade, se estende, via de regra, em prazos muito menores. No final da década de 1980, 15 anos após a sua fundação, a cidade de Sinop, já emancipada a município, tinha entre 20.000 e 30.000 habitantes. De acordo com o mapeamento da área urbana feito pelo autor, os lotes vendidos até 1988 ocupavam, aproximadamente, metade do espaço urbano reservado pela empresa de colonização (Fig. 3). A diferenciação funcional sinalizou, naquele momento, além das funções industriais do setor madeireiro, a emergente abrangência regional da cidade, que já contava com um setor comercial diversificado e com serviços privados, públicos e empresariais.

Ao voltar à cidade e região de Sinop mais de vinte anos depois, e repetindo alguns dos levantamentos feitos (desta vez com nosso mestrando Matthias Radek), observaram-se transformações significativas e a aceleração de algumas das mudanças desencadeadas nos anos 1980²⁴. O agronegócio globalizado na base do plantio de soja em grandes unidades de produção, que já havia tomado conta do Cerrado Mato-grossense (por exemplo, nas regiões de abrangência da BR 163 ao sul de Sinop - Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum), dominou também o espaço rural na antiga Gleba Celeste. Diante de um mercado global favorável à produção de oleaginosos (cada vez menos dependente da demanda europeia devido à expansão vertiginosa do consumo chinês de soja e seus derivados), a rotação soja–milho, no ciclo anual entre safra e safrinha, tem garantido os melhores retornos para os agricultores, apesar dos altos custos de transporte (maior desvantagem do Norte Mato-grossense). As condições de mercado favoráveis ao “complexo soja-milho” causam uma substituição progressiva da pecuária, isto é, de pastagens para lavoura modernizada e globalizada.

Novos sistemas de produção e novas técnicas se impuseram, principalmente o uso da soja transgênica com plantio direto, inclusive nas unidades médias de produção, e dominam, em decorrência da história fundiária do antigo projeto de colonização, a região de Sinop. O mapeamento (por Matthias Radek e o autor) em 2011, da mesma estrada vicinal mapeada em 1988 (Fig. 1), mostra que pouco sobrou deste passado de colonização. A maior parte das parcelas foi transformada em lavouras, poucas reservas florestais permaneceram e muitas casas (e com elas, evidentemente, as famílias) desapareceram. O êxodo rural chegou a tal ponto que não vale mais a pena manter parte da infraestrutura rural (principalmente as escolas). A formação de unidades de produção e lavouras cada vez maiores é resultado de dois processos: a concentração fundiária através da compra de lotes vizinhos e a expansão do arrendamento de terras. Na percepção de diferentes atores regionais (representantes de órgãos, produtores, pesquisadores e outros), a região de Sinop continuará sendo integrada ao agronegócio, desde que as condições e tendências do mercado continuem favoráveis. É bem

²⁴ Radek, Matthias. “Regionalentwicklung in Südamazonien. Transformationsprozesse zwischen Pionierfront und globalisierter Peripherie: Das Beispiel Sinop, Mato Grosso.” Univ. Innsbruck, 2014.

provável que esta incorporação aconteça em áreas já desmatadas, substituindo pastagens e outros usos menos rentáveis e, portanto, “expulsando” a pecuária extensiva para regiões de Floresta Amazônica mais ao Norte.

Na região de Sinop, a intensificação do uso da terra, já realizada na base da rotação de culturas (safra-safrinha), continuará, futuramente, com a chamada “integração lavoura-pecuária”. Esta implica em um terceiro ciclo de uso da terra no ano agrícola, através da instalação de pastagens depois da colheita da safrinha. A expansão da avicultura e do confinamento de gado de corte corresponde a estas tendências de intensificação do uso agrícola. São pré-requisitos e consequências destas tendências uma capitalização acelerada, a dependência do mercado financeiro, uma maior vulnerabilidade socioeconômica e um maior risco socioambiental. É claro que somente o “empresário agrícola” leva vantagem neste cenário, sendo que a agricultura familiar, grupo alvo da colonização dos anos 1970, perde cada vez mais espaço.

Hoje, é no espaço urbano que se percebe, com muita clareza, as transformações nos sistemas de produção e nas funções regionais ocorridas durante os últimos vinte anos. Percorrendo a BR-163, somente no perímetro urbano, já é possível notar as mudanças mais significativas. Dos dois lados da rodovia, chamam a atenção os inúmeros espaços vazios, consequência do fechamento repentino de muitas serrarias que, durante muito tempo, caracterizaram a cidade. A matéria prima se encontra cada vez mais afastada da cidade, em decorrência do processo avançado de desmatamento na antiga Gleba Celeste, o que afetou economicamente a atividade madeireira local. As áreas de procedência da madeira, localizadas muitas vezes a 100km ou mais da cidade de Sinop, avançaram gradualmente para os arredores do Parque do Xingu e outras regiões sensíveis, disparando, assim, potenciais conflitos socioambientais.

Tendo em vista o caráter conflitivo e a longa situação irregular de boa parte do setor madeireiro Sinopense, o aumento da fiscalização, em decorrência das políticas ambientais mais rígidas durante o primeiro governo Lula, deixou suas marcas em Sinop. Principalmente após a chamada Operação Curupira, que foi executada pelo IBAMA, Polícia Federal e outros órgãos públicos no ano de 2005, muitas serrarias foram paralisadas ou fecharam definitivamente, e seus donos mudaram de ramo. Assim, a recente atualização do nosso mapeamento do setor madeireiro de 1988 evidencia uma redução significativa da atividade, sendo esta, hoje, bem menor que a metade do que era no auge da extração madeireira nos anos 1990 (Fig. 2). Porém, não se observa somente uma redução quantitativa da atividade madeireira. Atualmente, o setor e seus representantes (principalmente o SINDUSMAD) mudaram, antes de qualquer coisa, o “discurso” sobre a atividade. Assumem que houve erros no passado, mas constroem agora a imagem de um setor que trabalha na legalidade, que observa as regras de um manejo florestal e que, desta forma, poderia até ser considerado como “guardião” da floresta²⁵.

²⁵ Oliveira, Cristiane. *A saga dos guardiões da floresta. Uma viagem emocionante à história do setor de base florestal de Mato Grosso*. Sinop: Sindusmad, 2011.

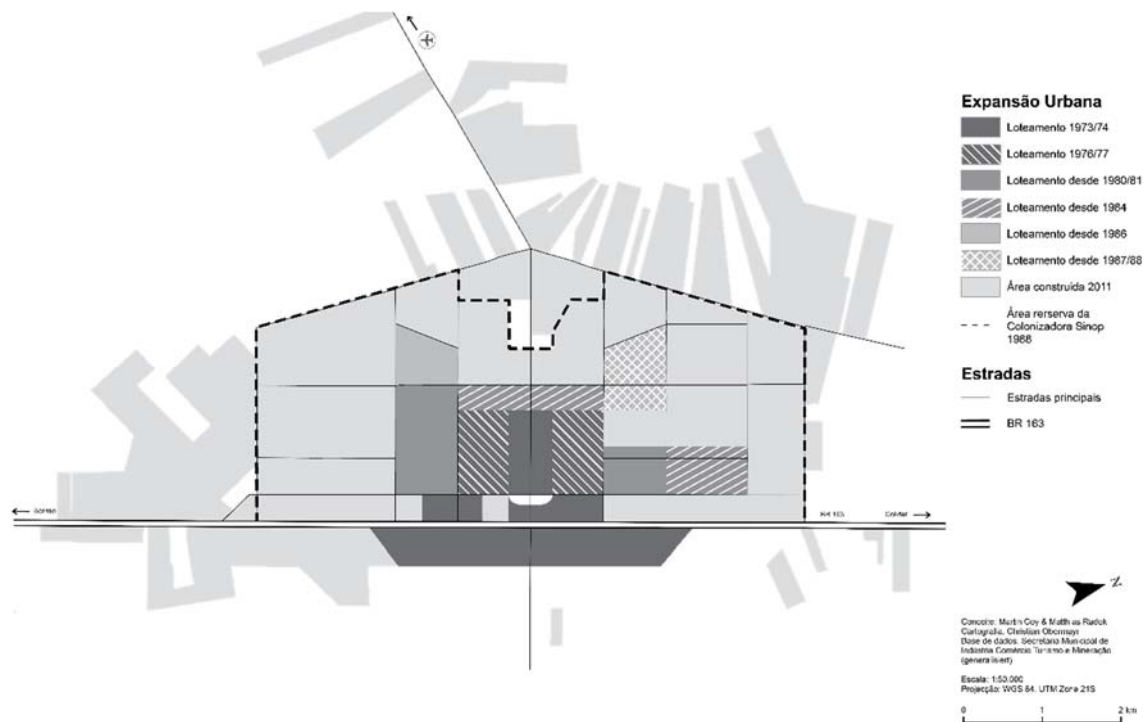
As transformações da economia regional e local se revelam na BR-163, no perímetro urbano de Sinop, não somente por meio do desaparecimento contínuo da atividade madeireira, mas também, pelo aparecimento dos enormes armazéns de grãos de empresas nacionais e multinacionais (Amaggi, a Bunge, a ADM, a Cargill e outras), confirmando a incorporação definitiva da cidade e da região no mundo do agronegócio. Esta é também percebida devido a presença de inúmeras concessionárias de implementos agrícolas, do comércio de insumos e de outras empresas que se inserem, direta ou indiretamente, às cadeias produtivas do agronegócio. O fortalecimento destas cadeias locais/regionais transformou profundamente a relação campo-cidade, visto que o espaço rural deixa de ser, gradativamente, espaço de vida para uma população “rural”, em decorrência dos processos de expansão das áreas de lavoura e da concomitante concentração fundiária. Desta forma, o espaço rural se torna, antes de tudo, “espaço de produção”.

A cidade, por sua vez, vive deste “espaço de produção”, sendo também, no caso concreto do agronegócio, o *locus* de intermediação entre o local/regional e o global, visto que grande parte das atividades profissionais do produtor agrícola modernizado do tipo *farmer* é exercida na cidade. As transações financeiras, as relações com o setor logístico, que exerce uma função estratégica no sistema de produção da agricultura modernizada, a intermediação com os *traders*, que oferecem os pacotes de produção e comercialização, são alguns dos exemplos. Tudo isso faz com que grande parte dos *farmers* viva, hoje em dia, na cidade, deixando as propriedades rurais sob o controle de administradores ou outros empregados. Sendo assim, apesar de ainda guardar algumas características socioespaciais e socioculturais específicas, a cidade de Sinop se configura, cada vez mais, como uma cidade do agronegócio; apresentando estruturas socioeconômicas e socioespaciais semelhantes às outras cidades ao longo da BR-163.

Interpretando o mapeamento do desenvolvimento urbano de Sinop (realizado por Matthias Radek em 2011) e baseando-se em um mapeamento semelhante do autor de 1988, observa-se, primeiramente, um crescimento impressionante do espaço urbano construído (Fig. 3). Este ultrapassa, de longe, o perímetro originalmente previsto por parte da Colonizadora Sinop para a área urbana. Hoje, 40 anos após sua fundação, o número de habitantes urbanos de Sinop excede a casa dos 100.000, fato este que demonstra o “sucesso” do projeto da cidade em termos quantitativos, sendo também relevantes as funções econômicas da cidade, assim como a dinamicidade e a diversificação do comércio e dos serviços urbanos. Em termos socioespaciais, observa-se o crescimento de grandes loteamentos destinados à população bem-sucedida, com casas de elevado padrão (p.ex. o loteamento Aquarelas), correspondendo às preferências dos “novos ricos” (muitas vezes *farmers*), que tanto caracterizam as cidades do agronegócio. Dirigidos para esta mesma clientela, surgiram na cidade de Sinop, no decorrer dos últimos anos, os primeiros condomínios fechados, dois já instalados e habitados (Flamboyant e Mondrian) e outros dois em fase de implantação ou conclusão (*Carpe Diem* e Portal da Mata). O foco da antiga Colonizadora Sinop tem se voltado, cada vez mais, para os negócios urbanos, comercializando loteamentos e novos edifícios

em Sinop e também em outras cidades do país. Este fato pode ser interpretado como um indicador da sucessiva “urbanização” do contexto regional de Sinop.

Figura 3. Desenvolvimento Urbano de Sinop 1973 – 2011



Dentro deste contexto, pode-se assumir que Sinop atingiu a “normalidade” das cidades brasileiras? A cidade desempenha, como centro regional consolidado, funções essenciais, dispondo de um setor educacional de grande abrangência (com duas universidades públicas e algumas privadas e mais de 5.000 estudantes) e uma oferta de serviços de saúde ampla e especializada. Dentre as infraestruturas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da cidade e da região, destacam-se o aeroporto com linhas aéreas regulares, um novo centro de pesquisa agropecuária (EMBRAPA Agrosilvopastoril) e um quartel do exército brasileiro. Tudo isso mostra que Sinop deixou de ser a cidade pioneira de outrora. Diante de uma dinâmica indiscutível, os representantes e habitantes consideram Sinop uma das “futuras metrópoles” do Brasil, talvez um exagero, mas que ilustra a persistência do espírito de “pioneirismo”, que sempre caracterizou e continua caracterizando os discursos das frentes pioneiras. A dinâmica urbana de Sinop tem, no entanto, um lado social e socioespacial negativo, que se materializa na tendência de fragmentação de todas as cidades brasileiras.

O raio de alcance de Sinop e de seus serviços centrais se estende, principalmente, na direção Norte. Atende não somente as regiões e cidades nas áreas mais setentrionais do estado, como também áreas do Sul do Pará, na zona de abrangência da BR-163. Por isso, o desenvolvimento futuro da cidade e da região de Sinop é claramente interconectado com a realização das grandes obras previstas pelos programas governamentais (sobretudo do PAC2), como a conclusão da pavimentação da BR-163, en-

tre Guarantã do Norte e Santarém, e a construção de várias hidrelétricas no rio Teles Pires, nos municípios de Sinop, Cláudia e Itaúba). Assim, Sinop exercerá no futuro, bem mais do que antes, um papel estratégico de conexão entre o mundo amazônico e o Brasil dos “Sulistas”, entre as novas frentes pioneiras e as regiões “consolidadas” ou em fase de consolidação.

Perspectivas: O “novo” corredor de exportação pelo Norte

A questão envolvendo a criação de redes regionais e de uma melhor integração nas cadeias globais de valor por meio de grandes projetos de infraestrutura é significativamente, influenciada pelo poderoso lobby agrícola. Isto é particularmente evidente no reconhecimento da BR-163 como um potencial corredor de exportação e na inclusão do asfaltamento completo da rodovia como uma medida prioritária no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1). A demora na pavimentação da estrada, ao norte da Serra do Cachimbo, no periférico sudoeste do Pará, determina, até hoje, a ligação de transporte pela via Sul e Sudeste, com destino aos portos de Paranaguá e Santos. Os altos custos de armazenamento e transporte ainda representam uma séria desvantagem para as áreas agrícolas mato-grossenses. Apesar das colheitas anuais recordes e das previsões otimistas para a produção e exportação, os problemas logísticos dificultam progressivamente a troca eficiente de bens e as exportações nos mercados atlânticos e pacíficos.

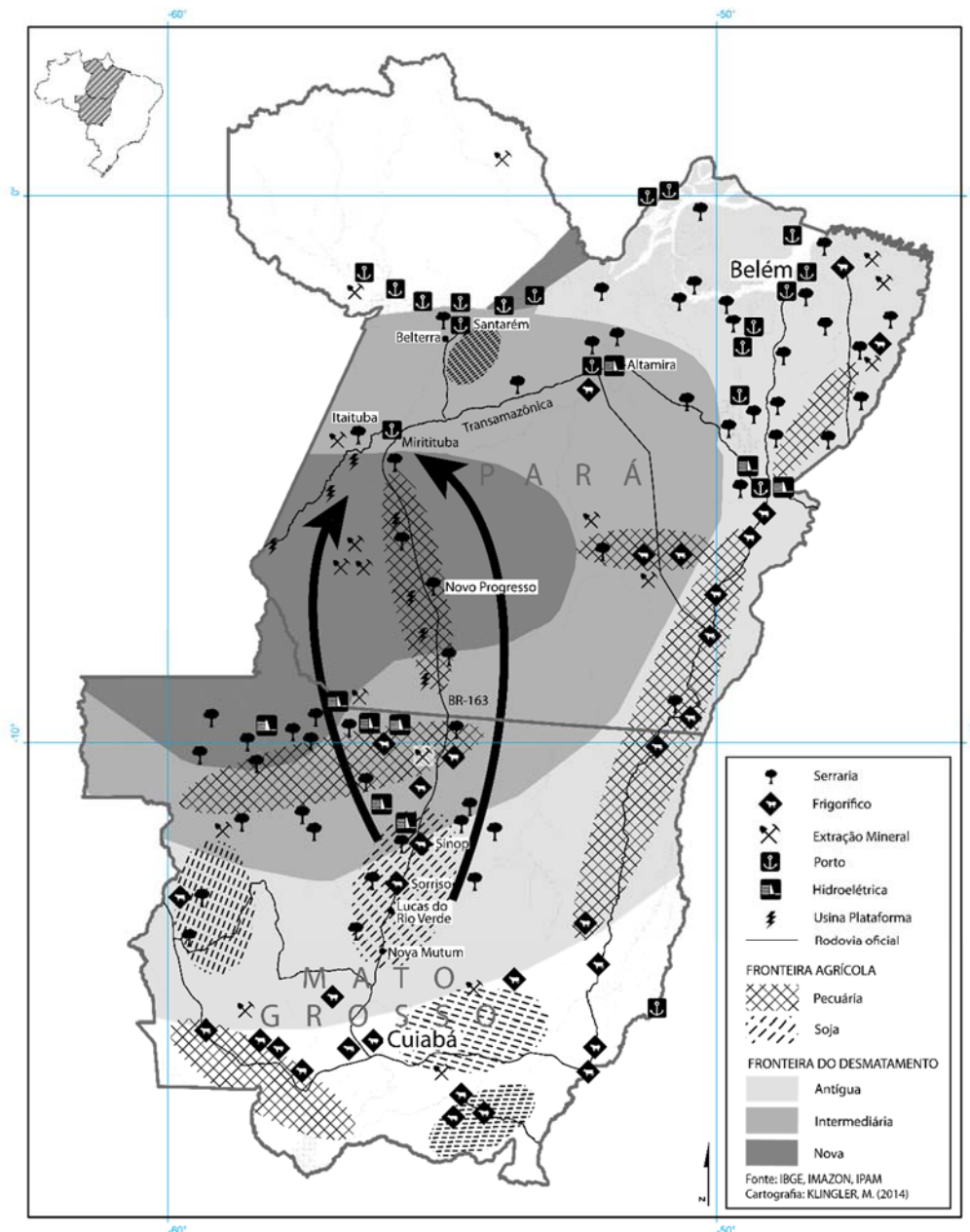
Este problema deve ser resolvido a partir de pacotes de estímulo à expansão dinâmica dos setores de transportes e de energia, frequentemente financiados através de parcerias público-privadas entre o governo e o lobby agrícola. Neste sentido, os investimentos na expansão de rodovias, hidrovias e ferrovias são, até hoje, ferramentas essenciais para fortalecer a integração regional e a integração econômica global dos mercados. Com isto, o projeto Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), surgido em 2000, e a União das Nações Sul-americanas em 2008 (UNASUL), criada em 2008, têm um papel fundamental na formação de uma zona de comércio livre no continente²⁶. Primeiramente concebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a influência da doutrina neoliberal, os chamados eixos de desenvolvimento são considerados tanto zonas de concentração multinacionais dos fluxos de comércio atuais e potências como também importantes estratégias de desenvolvimento para a expansão dos setores de energia e transporte.

A prioridade atribuída à região amazônica do Pará na cadeia logística do agronegócio internacional foi confirmada pelos seguintes projetos do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2): extensão do eixo rodoviário norte-sul da BR-

²⁶ Killeen, Timothy J. *A perfect storm in the Amazon wilderness: Development and conservation in the context of the initiative for the integration of the regional infrastructure of South America (IIRSA)*. Advances i. ed. Suzanne Zweizig. Arlington: Center of Applied Biodiversity Science, 2007.

163, a hidrovía Teles Pires - Tapajós, o sistema de portos de carregamento em Santarém e Miratituba, a hidrelétrica de Belo Monte e a planejada *joint venture* sino-brasileira para a linha ferroviária de mercadorias Cuiabá – Santarém (Fig. 4). O eixo Amazônico deve ligar os portos colombianos, peruanos e equatorianos da costa do Pacífico com os portos brasileiros de Manaus, Belém e Macapá, ligados por um sistema de transporte multimodal, que contribuirá para o aumento das exportações para os mercados emergentes dos países vizinhos e para a China. A abrangência do sistema de transporte fluvial cobre uma significativa área de influência na bacia amazônica e pode, considerando a demanda do mercado internacional, assegurar uma enorme vantagem para a exportação de commodities agrícolas, biocombustíveis e minerais industriais do sul e leste da Amazônia.

Figura 4. Dinâmicas regionais na BR-163



O governo pós-neoliberal continua, através do investimento massivo em infraestrutura e da promoção de polos de desenvolvimento, a exercer o papel estratégico no desenvolvimento regional e na valorização de recursos naturais. Atualmente, no entanto, atua sob a forte influência do lobby do setor privado agrícola. O sucesso contínuo do agronegócio e os anúncios recorrentes da realização do corredor de exportação BR-163 desencadearam, desde a década de 1990, ondas de especulação e privatização de terras públicas. Devido ao aumento da produção agrícola voltada para a exportação, a demanda crescente por terras cultiváveis e a baixa absorção de mão de obra, os problemas agro-sociais foram agravados, inclusive nas novas ilhas de modernização do Cerrado. Como consequência, intensificaram-se os movimentos de migração de um grupo extremamente heterogêneo de colonos, pequenos agricultores, agricultores capitalizados, garimpeiros, grileiros, trabalhadores escravos, madeireiros e operadores de serrarias em busca de terra livre e barata no norte do Pará²⁷.

O papel ambivalente do Estado brasileiro na implementação de modelos do neo-desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, de estratégias de sustentabilidade, é exemplificado no caso do município paraense de Novo Progresso, situado na BR-163. Para os colonos pioneiros, provenientes, principalmente, do sudoeste do Brasil, o nome Novo Progresso simboliza, desde a década de 1970, o desejo de mudança e a “saúde” de cultivar e valorizar terras livres. A origem dos imigrantes foi também um fator decisivo, dado que sua identidade cultural, percepção ambiental e práticas habituais de gestão do uso da terra têm influenciado significativamente a transformação da fronteira pioneira. Por muito tempo, até o declínio do preço de mercado do ouro no início da década de 1990, o garimpo foi a força econômica motriz, sendo gradativamente substituído pela emergente criação extensiva de gado e a extração de madeira (*madeiro-pecuária*). O boato das reservas aparentemente inesgotáveis de matérias-primas, energia e terra parece existir, até hoje, na “frente especulativa de valorização”²⁸. Este reforça a incorporação informal de novos territórios através dos baixos preços da terra e da mão de obra, da ausência de um planejamento regional efetivo e dos limitados mecanismos de combate e controle. A fronteira agrícola da soja no estado do Mato Grosso influencia, direta e indiretamente, o surgimento de novas áreas de produção²⁹.

²⁷ Fearnside, Philip M. “The roles and movements of actors in the deforestation of Brazilian Amazonia.” *Ecology and Society* 13(1): 22, 2008.

²⁸ Wienold, Hanns. “Brasiliens Agrarfront: Landnahme, Inwertsetzung und Gewalt.” *Peripherie: Zeitschrift für Politik und Ökonomie in der Dritten Welt* 26(101/102): 43–68, 2006.

²⁹ Arima, Eugênio Y., Peter D. Richards, Robert T. Walker, & Marcellus M. Caldas. “Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon.” *Environmental Research Letters* 6(2): 024010, 2011; Garrett, Rachael D., Eric F. Lambin, & Rosamond L. Naylor. “The new economic geography of land use change: supply chain configurations and land use in the Brazilian Amazon.” *Land Use Policy* 34: 265–75, 2013; Heras, Alejandro de las, Iain R. Lake, Andrew Lovett, & Carlos A. Peres. “Future deforestation drivers in an Amazonian ranching frontier.” *Journal of Land Use Science* 7(4): 365–93, 2012; Sparovek, Gerd, Alberto Barretto, Goran Berndes, Sergio Martins, & Rodrigo Maule. “Environmental, land-use and economic implications of Brazilian sugarcane expansion 1996–2006.” *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change* 14(3): 285–98, 2008.

Assim, a empresa agrícola multinacional Cargill instalou em Santarém, no ano 2000, um porto de carregamento, causando a conversão direta da floresta em terras agrícolas e pela primeira vez, um surto de produção de soja no bioma amazônico. A oferta crescente de empréstimos e garantias de compra foi responsável, dentro de quatro anos, pela expansão da área plantada de soja, nos municípios de Santarém e Belterra de 2.000 ha para 35.000 ha. O mesmo fenômeno parece se repetir através da iniciativa do empresariado de Sinop (p.ex. do agronegócio) para a pavimentação final da BR-163 e a construção de instalações portuárias em Mirituba, no rio Tapajós³⁰. Embora a moratória da soja tenha, desde 2006, interrompida de forma eficiente a comercialização da produção proveniente de áreas de desmatamento depois 2006, sugere, entretanto, a futura ampliação do cultivo de soja, milho e arroz nas terras planas entre Cachoeira da Serra e Novo Progresso. Dado que a maioria das pastagens ocupadas pelas primeiras frentes pioneiras apresenta, hoje, significativos sinais de degradação, o modelo integrado de lavouras e pecuária promete reduzir a vulnerabilidade econômica do produtor, além de possibilitar a regeneração simultânea das pastagens. Em todo caso, o Brasil se tornou, ao longo dos últimos anos, o maior produtor e exportador de carne bovina do mundo, sendo que mais de 80% da expansão espacial do rebanho bovino brasileiro se deu na região amazônica. Isso significa que um terço dos bois vem da Amazônia, com as maiores taxas de crescimento da produção nos estados do Pará e Mato Grosso³¹. Esta tendência também é observada em Novo Progresso. O rebanho de gado do município aumentou no curto período entre 2000 e 2012, em impressionantes 675%, chegando a cerca de 1.280.000 cabeças vacinadas na região de Novo Progresso, Jacareacanga, Itaituba e Castelo dos Sonhos (Altamira) (Fig. 5).

³⁰ Andrade de Sá, Saraly, Salvatore Di Falco, & Charles Palmer. *Journal of Environmental Economics and Management Dynamics of indirect land-use change: empirical evidence from Brazil*. Zürich: Elsevier, 2013; Arima, Eugênio Y., Peter D. Richards, Robert T. Walker, & Marcellus M. Caldas. "Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon." *Environmental Research Letters* 6(2): 024010, 2011.

³¹ Bowman, Maria S., Britaldo S. Soares-Filho, Frank D. Merry, Daniel C. Nepstad, Hermann Rodrigues, & Oriana T. Almeida. "Persistence of cattle ranching in the Brazilian Amazon: a spatial analysis of the rationale for beef production." *Land Use Policy* 29(3): 558–68, 2012; McAlpine, C. A., A. Etter, Philip M. Fearnside, L. Seabrook, & W. F. Laurance. "Increasing world consumption of beef as a driver of regional and global change: A call for policy action based on evidence from Queensland (Australia), Colombia and Brazil." *Global Environmental Change* 19(1): 21–33, 2009; Nepstad, Daniel C., Claudia M. Stickler, & Oriana T. Almeida. "Globalization of the Amazon soy and beef industries: opportunities for conservation." *Conservation Biology: the journal of the society for Conservation Biology* 20(6): 1595–1603, 2006; Smeraldi, Roberto, & Peter H. May. *O Reino do gado. Uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira*. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008; Walker, Robert T., Nathan J. Moore, Eugênio Y. Arima, Stephen Perz, Cynthia Simmons, Marcellus Caldas, Dante Vergara, & Claudio Bohrer. "Protecting the Amazon with protected areas." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 106(26): 10582–86, 2009.

Embora as áreas já consolidadas no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará tenham sido designadas como adequadas para o cultivo da soja e apresentem uma clara vantagem locacional devido à proximidade do futuro porto de exportação de Miritituba, o agronegócio ainda não conseguiu se fixar na região. A falta de títulos definitivos das terras impede, significativamente, o necessário acesso ao crédito agrícola, fundamental para as estratégias de intensificação da engenharia agrícola. A falta de know-how dos agricultores e de consultoria em engenharia agrícola também são causas comuns para o fracasso na implementação de inovações tecnológicas e organizacionais, tais como sistemas de rotação agroflorestais integrados. Paralelamente, a expansão da fronteira agrícola, a incorporação informal de terras e a invasão de áreas protegidas indígenas foram intensificadas, disparando inúmeros conflitos em torno de questões socioecológicas do desenvolvimento regional. A construção massiva de sistemas de estradas não oficiais e ilegais, que compõem atualmente 70% da malha viária na área de abrangência da BR-163, desempenha um papel importante no avanço da fronteira agrícola, influenciando diretamente o entorno das áreas de conservação e das terras indígenas³². Há anos tem sido identificada uma intensa prática de corte raso e queima na área de captação da obra de asfaltamento da BR-163, na Transamazônica e no projeto da barragem de Belo Monte; reafirmando as relações entre o desmatamento, a expansão agrícola, os projetos de infraestrutura e a especulação de terras³³.

Na perspectiva do agronegócio, tanto o discurso do desmatamento como o discurso da justiça social na Amazônia impedem o progresso no senso da globalização

³² Ahmed, Sadia E., Carlos Souza Jr., Júlia Riberio, & Robert M. Ewers. "Temporal patterns of road network development in the Brazilian Amazon." *Regional Environmental Change*, 2013; Fearnside, Philip M. "Brazil's Cuiabá- Santarém (BR-163) Highway: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon." *Environmental management* 39(5): 601–14, 2007; Geist, Helmut J., & Eric F. Lambin. "Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation." *BioScience* 52(2): 143–50, 2002; Perz, Stephen, Christine Overdeest, Marcellus M. Caldas, Robert T. Walker, & Eugênio Y. Arima. "Unofficial road building in the Brazilian Amazon: dilemmas and models for road governance." *Environmental Conservation* 34(02): 112, 2007; Perz, Stephen, Silvia Brilhante, Foster Brown, Marcellus Caldas, Santos Ikeda, Elsa Mendoza, Christine Overdeest, Vera Reis, Juan Fernando Reyes, Daniel Rojas, Marianne Schmink, Carlos Souza Jr., & Robert T. Walker. "Road building, land use and climate change: prospects for environmental governance in the Amazon." *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences* 363(1498): 1889–95, 2008; Walker, Robert T., Nathan J. Moore, Eugênio Y. Arima, Stephen Perz, Cynthia Simmons, Marcellus Caldas, Dante Vergara, & Claudio Bohrer. "Protecting the Amazon with protected areas." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 106(26): 10582–86, 2009.

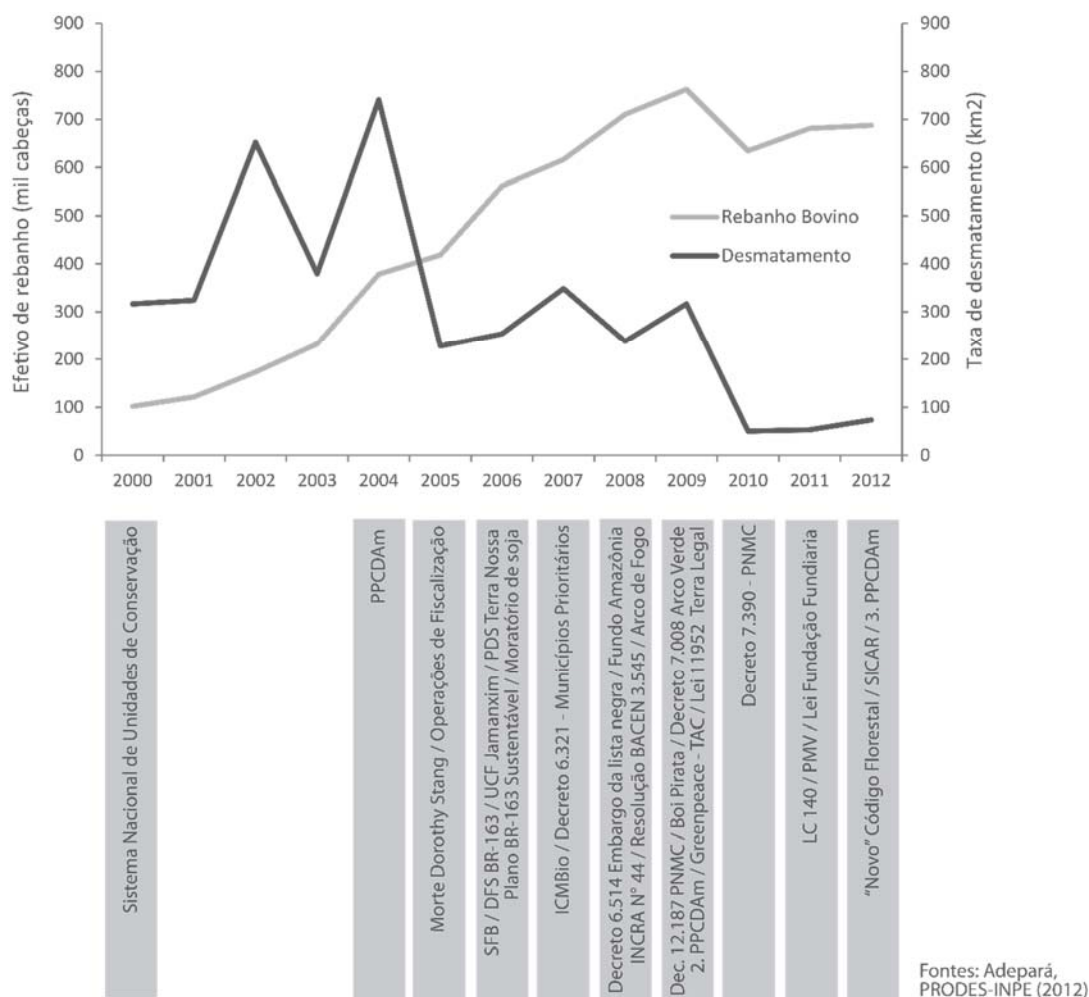
³³ Fearnside, Philip M. "Brazil's Cuiabá- Santarém (BR-163) Highway: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon." *Environmental management* 39(5): 601–14, 2007; Laurance, William F., Miriam Goosem, & Susan G. W. Laurance. "Impacts of roads and linear clearings on tropical forests." *Trends in Ecology and Evolution* 24(12): 659–69, 2009.

pós-neoliberal. Hoje, especialmente o Ministério do Meio Ambiente, os movimentos sociais e organizações de direitos humanos veem, na posição assumida pela Bancada Ruralista, um risco crescente de perda de biodiversidade e da intensificação dos conflitos de terra e processos de deslocamento. O impulso para a transformação radical da ideia socioambiental de desenvolvimento da Amazônia foi dado pelo governo em 2004, com a introdução do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Os objetivos desta iniciativa incluem a regulação do acesso à terra, o zoneamento do uso do solo, o monitoramento da conversão de terra e a promoção de atividades sustentáveis. Como resultado, as taxas de desmatamento de Novo Progresso caíram 69% já em 2005, gerando, contudo, um êxodo persistente devido ao colapso do setor comercial de madeira. A luta contra o desmatamento foi intensificada a partir de várias políticas ambientais³⁴ (Fig. 5) que levou à integração de Novo Progresso na lista negra de municípios prioritários com as maiores taxas de desmatamento da Amazônia. A prática de corte raso e queima é, atualmente, identificada por imagens de satélite em tempo real (Sistema DETER e SAD-EE), sendo controlada e multada através de numerosas operações de comando e controle do IBAMA, e que declarou Novo Progresso como um dos focos (p.ex. Operação Arco de Fogo, Operação Termópilas, Guardiões, Operação Disparada, Onda Verde). Dentro de um contexto de recessão econômica global e de grandes flutuações no preço da soja, as políticas de proteção e a aplicação das leis levaram, desde 2004, a uma queda acentuada do desmatamento na Amazônia, sendo que entre (2005 - 2012) houve uma redução de 47% em comparação às taxas históricas do período (1996-2004)³⁵.

³⁴ Pacheco, Pablo, & Rene Pocard-Chapuis. "The complex evolution of cattle ranching development amid market integration and policy shifts in the Brazilian Amazon." *Annals of the Association of American Geographers* 102(6): 1366–90, 2013.

³⁵ Assunção, Juliano, Clarissa Gandour, & Rudi Rocha. *Deforestation slowdown in the Legal Amazon: prices or policies?* Rio de Janeiro, 2012; Nepstad, Daniel C., Britaldo S. Soares-Filho, Frank Merry, André Lima, Paulo Moutinho, John Carter, Maria S. Bowman, Andrea Cattaneo, Hermann Rodrigues, Stephan Schwartzman, David G. McGrath, Claudia M. Stickler, Ruben Lubowski, Pedro Piris-Cabezas, Sergio Rivero, Ane Alencar, Oriana T. Almeida, & Osvaldo Stella. "Environment. The end of deforestation in the Brazilian Amazon." *Science* 326(5958): 1350–51, 2009.

Figura 5. Evolução do rebanho, desmatamento e políticas ambientais em Novo Progresso



Muitos conflitos abertos e fechados resultam da superposição de diferentes formações socioeconômicas, cada uma com suas próprias racionalidades de ação e demandas por espaço nas regiões pioneiras do norte³⁶. A fim de preencher o vácuo legal gerado pela ausência de qualquer autoridade governamental ou de estruturas de governança adequadas à região, o alto grau de informalidade ofereceu boas condições para a conservação deste “espaço sem lei” e constituição de redes ilegais. A “doutrina do medo”³⁷, foi alimentada por grandes proprietários de terras e madeireiros. Os assas-

³⁶ Simmons, Cynthia S., Robert T. Walker, Eugenio Y. Arima, Stephen Aldrich, & Marcellus M. Caldas. “The Amazon land war in the South of Pará.” *Annals of the Association of American Geographers* 97(3): 567–92, 2007.

³⁷ Torres, Maurício, Ariovaldo U. de Oliveira, Bernadete Castro Oliveira, Philip M. Fearnside, Joaquim Aragão, Romulo Orrico, Jan Rocha, Wilsea Figueiredo, Arnaldo Carneiro Filho, & José Arbex Jr. *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo Da BR -163*. ed. Maurício Torres. Brasília: CNPQ, p.290, 2005.

sinatos não resolvidos de Bartolomeu Morais da Silva, conhecido como Brasília, líder do sindicato dos trabalhadores rurais em Castelo dos Sonhos e de seus sucessores, são conhecidos exemplos das relações de poder altamente assimétricas e clientelistas³⁸. Ao mesmo tempo, a atenção internacional aumentou significativamente após os assassinatos da freira e ativista ambiental Dorothy Mae Stang (2005) e dos extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo (2011), motivando inúmeras ONGs a iniciar outras campanhas.

Apesar do progresso no controle e sanção da extração ilegal de madeira, a dinâmica do desmatamento não foi rompida. Por um lado, a posse física, através do desmatamento e pecuária, corresponde ainda ao passo mais importante na formação da propriedade privada da terra. Por outro, dado o colapso da indústria da madeira, a criação de gado para exportação se apresenta, para muitos produtores, como única fonte de renda viável. Portanto, é lógico que a Bancada Ruralista tenha se empenhado tanto na constituição do novo Código Florestal, visando derrubar barreiras ambientais e obter anistia para os crimes ambientais anteriores à nova legislação. Além disso, a questão do acesso à terra e direitos de disposição ao longo da BR-163, em grande parte não resolvida, impede o controle de atividades ilegais de aquisição de terras e a implementação de políticas de desenvolvimento regional sustentável. O INCRA falha a décadas na regularização da terra. O Programa Terra Legal, lançado em 2009, cuja finalidade era estabelecer novas regras de propriedade e acelerar a concessão de títulos de propriedade, não satisfaz as expectativas. Por um lado, a verdadeira situação dos direitos da terra, dado o fenômeno da grilagem, é difícil de ser reconstruída, e por outro, a burocracia e a falta de capacidades institucionais dificultam o sucesso de sua implementação³⁹.

Diligências para promover o desenvolvimento regional sustentável como o Plano BR-163 Sustentável, com a ampla participação da sociedade civil falhou em sua aplicação prática a nível local. Resta saber se o aclamado Programa Municípios Verdes (PMV), a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano Nacional ABC) poderão realmente estabelecer um *Desmatamento Zero* e, simultaneamente, um desenvolvimento econômico socialmente justo. Em contraste com o exemplo emblemático de Paragominas, em Novo Progresso, as estratégias alternativas de desenvolvimento regional

³⁸ Castro, Edna Maria Ramos de. *Sociedade, Território E Conflitos : BR 163 Em Questão*. Belém: NAEA/UFPA, 2008; Torres, Maurício, Ariovaldo U. de Oliveira, Bernadete Castro Oliveira, Philip M. Fearnside, Joaquim Aragão, Romulo Orrico, Jan Rocha, Wilsea Figueiredo, Arnaldo Carneiro Filho, & José Arbex Jr. *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo Da BR -163*. ed. Maurício Torres. Brasília: CNPQ, 2005.

³⁹ Barreto, Paulo, & Daniel Silva da Silva. *Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?* Belém: IMAZON, 2013; Brandão Jr., Amintas, Carlos Souza Jr., Adalberto Veríssimo, Andréia Pinto, & Paulo Amaral. *Situação do desmatamento nos assentamentos de reforma agrária no estado do Pará*. Belém, 2013; Brito, Brenda, & Paulo Barreto. *A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do Programa Terra Legal*. Belém, 2011.

são fortemente criticadas. Apesar do acordo entre o governo federal, ONGs e atores locais, que são representados principalmente por associações de pecuaristas, com foco na descentralização das políticas ambientais e no fortalecimento da capacitação, o PMV não cumpriu até o momento com as metas de reduzir o desmatamento ilegal anual a no máximo 40 km² e de cadastrar 80% das propriedades rurais privadas no CAR, permitindo que os municípios críticos saiam desta condição. Ao nível local, os atores de Novo Progresso são, mais do que nunca, incorporados, simultaneamente, na lógica global das cadeias de valor internacionais e no discurso da sustentabilidade ecológica, o que limita a tomada de decisões autônomas e responsáveis, através de direitos limitados de disposição. Consequentemente, pode-se notar uma rejeição dramática das decisões políticas e leis ambientais, que se manifesta na antipatia em relação às ONGs e órgãos governamentais de fiscalização e controle, que têm contribuído muito para a estigmatização dos moradores de Novo Progresso, antes considerados heróis da frente pioneira, mas agora, desprezados como criminosos ambientais.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 29 de abril de 2014